

S.



R.

Handwritten signature in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ - 2025

----- Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, pelas dezoito horas e cinco minutos, no Auditório Manuel Faria, da Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, de Alfândega da Fé, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no n.º 1 do artigo 16º do Regimento da Assembleia Municipal, presidida pelo Deputado Carlos Alberto Silva Brás, tendo como primeira e segunda secretárias, Carla Maria Bravo Franco e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, iniciou a sessão, cumprimentando todos os presentes, o Executivo Municipal, os membros da Assembleia, bem como os presidentes de junta e união de freguesias os funcionários de apoio da Câmara Municipal. Cumprimentou também, de forma especial, as forças de segurança militares ali presentes, na pessoa do Coronel Lobo de Carvalho, dando-lhes as boas vindas à Assembleia Municipal de Alfândega da Fé. Cumprimentou ainda o público que acompanha esta sessão através da página do *Facebook* do Município. -----

----- De seguida, passou a palavra à segunda-secretária para proceder à chamada dos Senhores Deputados Municipais, pela ordem da lista de membros que constituem a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé no quadriénio de 2021/2025. --

----- Assim, da **bancada do PS – Partido Socialista** registaram-se as presenças dos seguintes membros: -----

----- Carlos Alberto Silva Brás; Orlando Alberto Morais Borges; Carla Maria Bravo Franco; Helena Sofia Pantaleão Lisboa, em substituição de Carlos Manuel Gomes Alendouro; Inês Alexandra Carvalho Herdeiro; Maria João Rei Martins, António Manuel Aires Correia e Domitila de Fátima Morais Branco. -----

----- Estiveram representadas as **Juntas de Freguesia do PS - Partido Socialista**, da UNIÃO DE FREGUESIAS DE AGROBOM, SALDONHA E VALPEREIRO, pelo seu Presidente, Eduardo Manuel Morais Almendra; da FREGUESIA DE ALFÂNDEGA DA FÉ, pela sua Presidente, Maria do Céu Cordeiro Martins Lopes; da FREGUESIA DE CEREJAIS, pelo seu Presidente, Virgílio Alberto Vaz Amaro, da UNIÃO DE FREGUESIAS DE FERRADOSA E SENDIM DA SERRA, pelo seu Presidente, Pedro Ricardo Realista Carvalho; da UNIÃO DE FREGUESIAS DE GEBELIM E SOEIMA, pelo seu Presidente, Hélio José Madureira Aires; da UNIÃO DE FREGUESIAS DE PARADA E SENDIM DA RIBEIRA, pela sua Presidente, Ana Maria Ribeiro Pereira; da UNIÃO DE FREGUESIAS DE POMBAL E VALES, pelo seu Presidente, Diamantino Mário Soeiro Lopes; da FREGUESIA DE VILARELHOS, pelo representante da sua Presidente, Hélder Francisco Pousada. -----

----- Da **bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP - Acreditar em Alfândega da Fé** registaram-se as presenças dos seguintes membros: -----

----- Bruno Miguel Rebouta Rachado, Bruno Henrique Simões Veríssimo e Ivanete Solange Carona Escobar. -----

----- Estiveram representadas as **Juntas de Freguesia da Coligação PPD/PSD-CDS/PP - Acreditar em Alfândega da Fé**, da UNIÃO DE FREGUESIAS DE EUCÍSIA, GOUVEIA E VALVERDE, pelo seu Presidente, Pedro Miguel Carpinteiro Bravo e da FREGUESIA DE VILARES DA VILARIÇA, pelo seu Presidente, José Alberto Vilares Reis. -----

----- Verificou-se a ausência, na **bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP - Acreditar em Alfândega da Fé**, da Senhora Helena Maria Valença Freitas Azevedo e do Senhor Luís Miguel Gomes Mascarenhas, que não justificaram as suas faltas, convocados, respetivamente, na sequência dos pedidos de substituição da Deputada Clara da Conceição Sousa Alves e do Deputado Daniel Guedes dos Santos Martins. -----

----- Verificaram-se ainda as ausências dos Senhores Deputados Carlos Manuel Simões Martins e Carlos Manuel Reboredo Almendra, que não justificaram as suas faltas. -----

----- Esteve representada a JUNTA DE FREGUESIA DE SAMBADE, pela Tesoureira Maria Manuela Gonçalves Pereira Fernandes. -----



Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- A JUNTA DE FREGUESIA DE VILARCHÃO, foi representada pelo representante da sua presidente, Alexandre José Pereira. -----

----- Assim, verificaram-se vinte e três presenças e quatro ausências. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia, deu continuidade aos trabalhos, com a seguinte ordem do dia: -----

----- **1. Período Preliminar ao Período Antes da Ordem do Dia (nº 1 e 2 do artº 24º e artº 38º do Regimento):** -----

----- a) Informações gerais e expediente; -----

----- b) Aprovação da ata da sessão anterior; -----

----- **2. Período Antes da Ordem do Dia (artº 24º e 38º do Regimento);** -----

----- a) Assinatura do Protocolo de colaboração a estabelecer entre a Câmara Municipal de Alfândega da Fé e a GNR – Guarda Nacional Republicana, no âmbito do Programa Eguard - Sistema de Teleassistência e Monitorização a Pessoas Vulneráveis; -----

----- b) Intervenções dos Deputados Municipais; -----

----- **3. Período da Ordem do Dia (artº 25º e 39º do Regimento):** -----

----- a) Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade e da situação financeira do Município, de acordo com o n.º 2, alínea c), do Art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- b) 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2025 – para **APROVAÇÃO**; -----

----- c) Pedido de autorização para recrutar um Assistente Operacional na área de Pedreiro para celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, através de reserva de recrutamento no órgão ou serviço, ao abrigo do disposto no n.º 5 e n.º 6 do artigo 25.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro – para **APROVAÇÃO**; -----

----- d) Pedido de autorização para recrutar cinco Assistentes Operacionais / Auxiliares de Ação Educativa para celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado através de reserva de recrutamento no órgão ou serviço, ao abrigo do disposto no n.º 5 e n.º 6 do artigo 25.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro – para **APROVAÇÃO**; -----

----- f) Pedido de autorização para recrutar um Assistente Operacional / Auxiliar de Serviços Gerais para celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado através, de reserva de recrutamento no órgão ou serviço, ao abrigo do disposto no n.º 5 e n.º 6 do artigo 25.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro – para **APROVAÇÃO**; -----

----- g) Pedido de autorização para recrutar um Assistente Técnico / Assistente Técnico, para a DUT para celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, através de reserva de recrutamento no órgão ou serviço, ao abrigo do disposto no n.º 5 e n.º 6 do artigo 25.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro – para **APROVAÇÃO**; -----

----- h) Proposta de alteração ao Regulamento de Registo de Interesses do Município de Alfândega da Fé – para **APROVAÇÃO**; -----

----- i) Proposta de revogação de deliberação da Autorização da Operação de Financiamento por Contrato de Locação Financeira (Leasing), para aquisição de 2 viaturas de transporte de passageiros, 2 ligeiras de passageiros e 2 viaturas ligeiras de mercadorias de caixa aberta - – para **APROVAÇÃO**; -----

----- j) 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Alfândega da Fé - Proposta final do Plano para **APROVAÇÃO**, nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial; -----

----- k) Projeto de Alteração ao Regulamento de Apoio ao Ensino Superior – para **APROVAÇÃO**, nos termos da alínea g), nº 1 artº 25º e da alínea k), Nº 1 artº 33º, ambos da Lei Nº 75/2013, de 12 de Setembro; -----

----- l) Proposta de Adesão ao Protocolo para a Constituição de Bolsa de Acompanhantes de Maior Acompanhado – para **APROVAÇÃO**; -----

----- Continuando, passou a ler o ponto: -----

S.



R.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- 1. Período Preliminar à entrada do Período Antes da Ordem do Dia (nº 1 e 2 do artigo 24º e artigo 38º do Regimento) -----

----- a) *Informações gerais e expediente:* -----

----- Neste ponto o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, deu conhecimento do expediente que deu entrada nos serviços do Município, desde a última sessão até à presente data. Qualquer uma destas comunicações estará disponível nos serviços municipais para as poderem consultar se assim o entenderem. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao sub-ponto: -----

----- b) *Aprovação da ata da sessão anterior.* -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém pretendia intervir ou pedir algum esclarecimento relativamente à ata da sessão ordinária realizada no dia 25 (vinte e cinco) de abril de 2025 (dois mil e vinte e cinco), ali presente e previamente enviada a todos por correio eletrónico. Não havendo inscrições para intervir, passaram à votação da mesma, tendo sido, aprovada, por **UNANIMIDADE**, dos membros presentes. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte. -----

----- 2. Período Antes da Ordem do Dia (artigos 24º e 38º do Regimento) -----

----- a) *Assinatura do Protocolo de colaboração a estabelecer entre a Câmara Municipal de Alfândega da Fé e a GNR – Guarda Nacional Republicana, no âmbito do Programa Eguard - Sistema de Teleassistência e Monitorização a Pessoas Vulneráveis.* -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, chamou o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, bem como o Senhor Comandante Territorial da GNR de Bragança, Coronel Lobo de Carvalho, para subirem ao palco e ocuparem os seus lugares para procederem à Assinatura do referido Protocolo. -----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Vice-Presidente da Câmara, para proceder à explicação deste assunto. -----

----- Usou então da palavra a Senhora Vice-Presidente da Câmara, **Maria Manuel Cunha Silva**, dirigindo-se todos individualmente, cumprimentando-os. Passou depois a ler a sua intervenção que a seguir se transcreve, integralmente: -----

----- “O Município de Alfândega da Fé, através da equipa da Ação Social da Divisão Económica, Cidadania, Animação e Juventude, assina hoje o protocolo de cooperação com a Guarda Nacional Republicana para o projeto E-Guard – Sistema de Teleassistência para pessoas em situação de isolamento geográfico, solidão, incapacidade ou em situação de risco, que assenta num equipamento eletrónico que procura desenvolver uma resposta integrada de segurança, ação social e saúde, especialmente dirigido às pessoas mais vulneráveis. -----

----- Após análise dos critérios de seleção da GNR, que têm em conta ou grau de isolamento, grau de dependência, distância de apoio da rede social e acessibilidades, entre outras, (mormente a pessoas maiores de sessenta e cinco anos ou, com idades inferiores a sessenta e cinco anos, mas sejam incapazes) vamos iniciar a execução deste protocolo com 15 (quinze) dispositivos que vão acompanhar e monitorizar 15 (quinze) alfandeguenses em situação de grande vulnerabilidade. -----

----- A seleção das pessoas vai ao encontro dos idosos sinalizados durante a operação anual Censos Sénior. -----

----- A utilização do dispositivo “e-guard” vai permitir aos idosos um maior tempo de permanência nas suas residências, conferindo segurança na sua zona de conforto através de uma rede de resposta rápida ao cidadão. A pessoa que usar este dispositivo, vai estar ligada 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana, a um militar da GNR que se encontra na sala de situação da GNR. A quem seja atribuído este equipamento, após análise à sua situação, estará em contacto permanente através de uma ligação direta à GNR, no distrito de Bragança. Por outro lado, e suspeitando de alguma anomalia, a GNR também pode entrar em contacto com o idoso e, caso seja necessário, desloca-se uma patrulha ao local para verificar o que está a acontecer, uma vez que o aparelho está dotado de uma componente de georreferenciação, permitindo assim, a prestação de auxílio ao nível da saúde e segurança.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- A Senhora Vice-Presidente concluiu dizendo que estes equipamentos serão disponibilizados a quinze cidadãos do Concelho de Alfândega da Fé que, já foram, entretanto, sinalizados, em conjunto com a Guarda Nacional Republicana, de acordo com os critérios rigorosos que tiveram de ter, pois não se trata de um equipamento que pode ser disponibilizado de forma alargada. Sabem que têm mais pessoas em situação de vulnerabilidade, mas irão começar com quinze, e, de forma gradual poderão aumentar esta capacidade de resposta. Depois apontou para um exemplar que estava ali presente para todos poderem ver e nos próximos quinze dias receberão a totalidade dos equipamentos. Posteriormente virá a fase de georreferenciação e associar o idoso a cada dispositivo, que passará a ficar monitorizado. -----

----- Continuando, a Senhora Vice-Presidente explicou que propuseram ao Senhor Comandante do Comando Territorial que fizessem esta sessão de assinatura do protocolo neste momento para que pudessem estar não só os senhores deputados mas também os senhores presidentes de junta, por serem pessoas mais próximas de todos os cidadãos nas respetivas freguesias, para também poderem perceber o tipo de equipamento e as suas áreas de atuação e que ao carregar no botão poderá acionar um conjunto de meios. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a explicação da Senhora Vice-Presidente e de seguida o senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, e o Senhor Comandante Territorial da GNR de Bragança, Coronel Lobo de Carvalho, procederam à assinatura do protocolo em causa. No final todos deram uma salva de palmas. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para os elucidar sobre este importante protocolo. -----

----- Interveio assim o Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, dizendo que a Senhora Vice-Presidente já os tinha elucidado sobre este importante protocolo na sua intervenção e, como tal, apenas iria dar umas palavras de agradecimento. Cumprimentou, individualmente, todos os presentes, nomeadamente os membros da Assembleia e Presidentes de Junta, os munícipes, a equipa de apoio a esta Assembleia, a equipa da Ação Social que também contribuiu com o seu trabalho neste protocolo, bem como todas as pessoas que acompanham esta sessão através das redes sociais. Cumprimentou ainda, de forma especial, o nosso Comandante, o Coronel António Duarte Lobo de Carvalho, do Comando Territorial de Bragança e nele cumprimentou também os senhores comandantes do nosso Posto Local e do Destacamento de Torre de Moncorvo e restantes elementos da sua equipa ali presentes. Depois dirigiu-lhes ainda palavras de agradecimento por terem aceitado o desafio de assinar este protocolo neste local, aquando da realização desta sessão da Assembleia Municipal. Referiu que era uma sessão bonita, merecida, não só pela sua importância, mas também pelo serviço que vão prestar à nossa Comunidade e também pelo facto de ser um estreitar de laços que a Câmara Municipal e a Guarda Nacional Republicana têm há muitos anos, pelo desenvolvimento de muito trabalho em prol das nossas populações, especialmente dos mais novos na escola, mas também junto dos nossos idosos e daqueles que estão mais isolados. Por isso, disse que este protocolo agora assinado, vem, precisamente, fazer essa cobertura, vigilância e proteção. O Senhor Presidente da Câmara disse ainda que era um compromisso que este executivo tinha para este mandato autárquico, ou seja, implementar a teleassistência no nosso Concelho. Referiu que a Guarda Nacional Republicana era um parceiro de excelência para este compromisso. Agradeceu, mais uma vez, ao Senhor Comandante e desejou-lhe, a ele aos seus militares, um bom trabalho neste projeto em Alfândega da Fé e que os colaboradores do Município estarão disponíveis para também colaborar com eles com o maior entusiasmo e empenho e agradeceu também à Senhora Vice-Presidente da Câmara por ter liderado este processo, tendo depois manifestado mais uma vez a sua alegria e o seu contentamento como Presidente da Câmara ao poder dar esta resposta àqueles que mais precisam e que estão numa situação vulnerável. A intervenção do Senhor Presidente da Câmara foi concluída com uma salva de palmas. -----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Comandante, Coronel para proferir algumas palavras. -----

----- Interveio assim o Senhor Comandante, Coronel **António Duarte Lobo de Carvalho**, e agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, cumprimentando-o, bem como ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, à Senhora Vice-Presidente, aos Senhores Vereadores, Deputados Municipais, Presidentes das Juntas de

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Freguesia, demais autoridades, a todos os parceiros que com eles trabalham nesta nobre missão de apoiar o próximo e que fazem parte do Município e a todos aqueles que os acompanham. Disse depois que era com um enorme sentido de responsabilidade e de missão que estavam ali reunidos para a assinatura deste protocolo de cooperação entre a Guarda Nacional Republicana, o Comando Territorial da GNR de Bragança e o Município de Alfândega da Fé, no âmbito do Projeto E-Guard - Sistema de Teleassistência e Monitorização de Pessoas Vulneráveis. Sublinhou depois esta enorme realidade que todos conhecem de um interior do País que enfrenta tantos desafios e onde veem uma população progressivamente mais envelhecida. Disse que este isolamento, a disposição geográfica e a diminuição das redes de apoio familiar, tornam muitas destas pessoas particularmente vulneráveis e é uma realidade que exige uma atenção redobrada por parte de todos, como Forças de Segurança, Autarquias, a Comunidade, na procura de soluções que assegurem uma proteção, a dignidade e o bem-estar dos cidadãos. Acrescentou depois que foi precisamente para responder a estes desafios e a esta realidade que surgiu o Projeto E-Guard. Explicou que se trata de um sistema, como já tinha sido muito bem dito e apresentado pela Senhora Vice-Presidente da Câmara, de teleassistência que, apesar das suas características, não é apenas um dispositivo tecnológico, mas acima de tudo é uma extensão do cuidado humano, de atenção permanente e de capacidade de resposta imediata. Explicou depois que um botão de SOS, como foi dito, parece ser simples, mas quando está ligado a uma força viva que é a Guarda Nacional Republicana, transforma-se numa garantia de proximidade, de escuta e de ação. Trata-se de um processo exigente e a GNR tem um papel insubstituível neste território. Informou que não são apenas uma força de segurança, são um pilar de apoio, um rosto conhecido, uma presença constante onde ela é mais necessária, junto desta população mais vulnerável. O Senhor Comandante Coronel Lobo de Carvalho quis deixar uma palavra de profundo apreço à Câmara Municipal de Alfândega da Fé, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, pois desde o primeiro momento demonstrou uma vontade inequívoca em colaborar com a Guarda Nacional Republicana, assumindo este projeto como uma prioridade local, ou seja, integra a estratégia do Município para trabalhar estas iniciativas e outras vulnerabilidades e vai ao encontro das expectativas da Guarda Nacional Republicana e como tal, permitiu que eles trabalhassem e dessem passos a pensar no futuro, com a ampliação das nossas equipas de proximidade, em exclusividade, para o Concelho de Alfândega da Fé. Disse depois que por esse motivo, esta parceria é o reflexo de uma visão partilhada e por isso a GNR, a Autarquia e a Comunidade, juntos, conseguem garantir mais segurança, mais autonomia e mais dignidade para quem precisa. Dirigi-se, por fim, a todos os presentes, dizendo que a Guarda Nacional Republicana afirmou-se como uma força viva do Território, que conhece as suas gentes, que compreende as suas dificuldades e que está presente nos momentos decisivos. Informou ainda que o projeto E-Guard é a prova de que somos capazes de inovar, cooperar e proteger com eficácia e, acima de tudo, preservando a humanidade que caracteriza a nossa Instituição. Assim, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara, dizendo que com este protocolo deram um passo firme na construção de um Concelho mais seguro, mais solidário e muito mais próximo de todos. Por fim agradeceu-lhe e todos deram uma salva de palmas. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, agradeceu as palavras do Senhor Coronel Lobo de Carvalho e prosseguiu depois com os restantes trabalhos. Passou então à alínea b) do Ponto 2, período antes da ordem do dia, onde se inscreveram para intervir os Senhores Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales, Diamantino Mário Lopes, os Senhores Deputados Municipais Orlando Borges e Bruno Veríssimo. -----

----- Interveio o Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales, **Diamantino Mário Lopes**, começando por cumprimentar todos os presentes. Disse que tinha pensado fazer a sua intervenção com a presença das autoridades na sala, mas mesmo assim, apesar de terem ido embora, não vai deixar de a fazer, pois entende ser pertinente fazê-la. Disse que ocupam um território que está a ficar cada vez mais despovoado e envelhecido, mas apesar disso existe alguma solidariedade nas pessoas que habitam estes territórios, contrariamente àquilo que acontece nas cidades que pelo facto de estarem povoados, as pessoas estão isoladas no meio da multidão. Por isso, diz terem uma vantagem acrescida que é o facto de terem, nas nossas freguesias, visitas periódicas dos agentes da autoridade que por isso era importante que tivessem ficado para ouvir estas palavras, disse, pois trata-se de um elogio às forças de segurança, porque efetivamente, a



[Handwritten signature and initials in blue ink]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

GNR, sendo uma força da componente rural, ela visita regularmente as nossas aldeias e já estabeleceu uma relação de familiaridade de tal ordem com os populares que quando não aparecem perguntam logo "O que se passa? A GNR ainda não veio hoje". Por isso, quis aproveitar o facto de terem ido ali à Assembleia Municipal para elogiar este serviço de proximidade e a segurança que transmitem às populações. Entretanto, disse que quando há alguma situação que perturba o funcionamento da aldeia, que inclusivamente já lhe tinha acontecido com ele, ou seja, informou a GNR de um problema que tinha havido com uma pessoa e logo de imediato abordaram essa pessoa em causa e disseram-lhe, para ter atenção pois estavam ali e estavam atentos. Por isso, o Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales quis enaltecer o trabalho que a GNR tem feito no território. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as palavras proferidas pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales. -----

----- Interveio de seguida, o Senhor Deputado Municipal **Orlando Borges** após lhe ter sido concedido o uso da palavra pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Começou por cumprimentar todos os presentes. Disse que tinha um voto de louvor para apresentar, que passou a ler e que a seguir se transcreve: -----

----- *"A Equipa de futsal Sub 13 da Associação Recreativa Alfandeguense sagrou-se Bicampeã distrital das épocas 2023/2024 e 2024/2025 da Associação de Futebol de Bragança e a equipa de Sub. 15 de futsal conquistou o troféu da Taça de Encerramento Associação de Futebol de Bragança.* -----

----- *Pelo prestígio alcançado, para além do orgulho que trouxe, quer a atletas, técnicos, dirigentes, familiares e massa associativa, considera-se de toda a justiça e pertinência o reconhecimento desta Assembleia Municipal a todos os intervenientes que desenvolvem esforços para o êxito da associação Recreativa Alfandeguense, o que contribui para o desenvolvimento da prática desportiva no nosso concelho, nomeadamente junto dos mais jovens.* -----

----- *A Assembleia Municipal de Alfândega da Fé reunida em sessão ordinária em 28-06-2024 delibera aprovar um voto de louvor as equipas de futsal de sub 13 e sub 15 da Associação Recreativa Alfandeguense."* -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Senhor Deputado Municipal Orlando Borges. -----

----- Seguidamente, interveio o Senhor Deputado **Bruno Veríssimo**. Começou por cumprimentar todos os presentes. Disse que em primeiro lugar e, ainda no rescaldo das eleições legislativas que ocorreram no mês passado, queria dirigir-se diretamente ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Brás. Agradeceu-lhe todo o respeito institucional que sempre demonstrou com ele e com a bancada a que pertence, e que inclusive "esteve sempre à distância de um telefonema". Disse-lhe ainda que o Partido Socialista fica mais pobre sem um ativo, nos quadros do Partido, como ele. Desejou-lhe ainda as maiores felicidades para o novo desafio que abraçou. -----

----- Posteriormente, o Senhor Deputado Municipal **Bruno Veríssimo** dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara referindo-se aos terrenos envolventes à Barragem da Esteveinha, que já há um ano que está a pedir informações sobre eles e que tem adiado essa explicações e todas eram porque o processo estava no Gabinete Jurídico, mas a verdade é que já há muito tempo que os alfandeguenses estão privados dos terrenos mais nobres do nosso Concelho e continuam sem respostas e sem decisões. Disse depois que já tem um dossier com toda a documentação para poderem entregar às entidades competentes, como uma denúncia apresentada por ele, pois esta situação não se pode continuar a prevaricar no tempo, sob risco de terem que vir a pagar bem-feitorias aos empresários que ficaram com os terrenos para fazerem um projeto e que acabaram por não o fazer. -----

----- Continuando, o Senhor Deputado Municipal **Bruno Veríssimo** disse que, depois de um ano, ver o Senhor Presidente da Câmara inaugurar a Escola de Alfândega da Fé, a três meses das eleições, o tinha marcado e colocou depois três questões: Esta obra tem trabalhos a mais por faturar? Se tem, qual o valor e quando vão ser pagos? -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Municipal, Bruno Veríssimo e passou de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para poder prestar os esclarecimentos necessários. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, para responder às questões apresentadas. Em primeiro lugar disse que, obviamente, se associam ao Voto de Louvor apresentado pelo Senhor Deputado Orlando Borges, relativamente aos campeões de infantis e iniciados da Associação Recreativa Alfandeguense. Informou que já tinham recebido no Salão Nobre dos Paços do Concelho a equipa de Infantis e, no próximo dia sete de julho, irão também receber a equipa de Iniciados. Dirigiu-se depois ao Senhor Deputado Bruno Veríssimo dizendo-lhe que a questão apresentada é da restrita responsabilidade do Presidente da Câmara e é uma crítica que tem de aceitar, mas de facto o Gabinete Jurídico tem tido muito trabalho, pois existem muitos processos de contencioso que têm prazos para serem cumpridos e respondidos, recursos humanos para tratar, etc, e efetivamente ainda não tinha conseguido trazer esse assunto dos terrenos envolventes à Barragem da Esteveinha à Assembleia Municipal. Contudo, disse que o processo já estava a ser tratado e irá ser tratado no órgão que lhe compete que é em reunião de câmara e que virá à Assembleia Municipal, pois não pretende falhar a esse compromisso. Relativamente à inauguração da Escola de Alfândega da Fé disse que foi pena que o Senhor Deputado não tivesse estado presente nessa cerimónia, pois foi de facto um momento muito bonito, singelo e as inaugurações fazem-se quando as oportunidades surgem. Explicou que esteve à espera que o Senhor Ministro da Educação viesse, uma vez que foi convidado duas vezes e pelas duas vezes se tinha recusado a vir ao nosso Concelho para inaugurar esta importante obra, com um investimento de mais de dois milhões de euros. No entanto, essa inauguração foi feita, sem o Senhor Ministro, mas contou com a presença do Senhor Presidente da CCDR-Norte, António Cunha. Para além disso disse que tiveram de afinar esta inauguração porque ao mesmo tempo quiseram lançar um importante livro, uma página da nossa história local, que foi dedicada à educação. Por isso, também foi por este motivo que fizeram a inauguração, pois quiseram coincidir esta cerimónia com o lançamento deste importante livro, junto da nossa Comunidade Escolar e que, por isso, reiterou o facto de ter sido uma pena não ter visto o Senhor Deputado e outros, bem como os senhores vereadores nesta cerimónia, pois trata-se da escola que todos frequentamos e hoje a nossa escola está diferente, melhor, moderna e mais bonita e capaz de responder aos novos desafios, disse. O Senhor Presidente da Câmara continuou dizendo que de facto houve trabalhos que foram realizados e que estão a ser tratados e numa próxima reunião de câmara poderão fazer um ponto de situação relativamente a esses trabalhos. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, agradeceu as explicações do Senhor Presidente da Câmara. Para além disso, agradeceu também as simpáticas palavras que o Senhor Deputado Bruno Veríssimo lhe dirigiu de forma pessoal. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, colocou o Voto de Louvor, apresentado pelo Senhor Deputado Orlando Borges, à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos 23 (vinte e três) membros presentes, aprová-lo. -----

----- 3. Período da Ordem do Dia (artigos 25º e 39º do Regimento) -----

----- a) INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O NÚMERO 2, ALÍNEA C), DO ARTIGO 25.º DA LEI NÚMERO 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, que, por sua vez, remeteu para a informação, datada de vinte e três de junho de dois mil e vinte e cinco, previamente enviada a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. Disse que, como é habitual, trazem este documento em todas as Assembleias para fazer o ponto da situação de toda a atividade municipal desenvolvida por cada uma das Divisões. Começou por falar sobre as atividades da Divisão de Urbanismo e Território, que apresenta um relatório com números, dizendo que, apesar da falta de recursos humanos, que já reconheceram, verifica-se um cumprimento muito satisfatório dos prazos legais de resposta aos vários pedidos e isso traduz-se num grande resultado desta Divisão. Para além disso, referiu que mais à frente terão um ponto relativo à Revisão do PDM onde também se verifica um grande empenho e colaboração desta Divisão, mesmo com todas as dificuldades que têm. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara disse que também constam, neste documento, os habituais números das atividades da Divisão Económica, Cidadania, Animação e Juventude, realçando a última edição da Festa da Cereja & Companhia, que foi realizada nos dias seis, sete e oito de junho. Enalteceu este grande evento que conseguiram realizar no nosso Concelho, pois foi de facto uma grande Festa da Cereja & Cª, que se tem vindo a consolidar e a crescer nos últimos anos. Também a bater recordes em números de vendas de cereja, em números de expositores e de visitantes, pois de facto um sucesso reconhecido por todos e por isso disse que não podia deixar de agradecer a todos os parceiros, instituições locais, associações, grupos culturais, a todo o envolvimento e ajuda que deram. Agradeceu também à organização do evento, pois foi de facto um trabalho excecional, que engrandeceu o nosso Concelho e deu um grande regozijo aos alfandeguenses. Disse depois que foi um pouco "em cima da hora", mas pediu que fosse enviado o relatório a esta Assembleia, como era normal, para todos terem conhecimento dos números e daquilo que tinha sido o investimento neste certame, informando que esse documento tinha sido enviado para o e-mail de cada um, para poderem ver. Explicou depois que se trata de um investimento feito na economia local e na identidade do nosso Concelho, que se tem vindo a ganhar grande reputação nos últimos anos. Reiterou os parabéns a todos e respetivo agradecimento. -----

----- Entretanto, referiu-se à Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, realçando o excelente trabalho e empenho que tem existido para que as nossas redes e depósitos, bem como a água de abastecimento público, tenham a maior qualidade possível. Disse ainda que nos dois primeiros trimestres de dois mil e vinte e cinco não tiveram qualquer incumprimento naquilo que são os parâmetros obrigatórios da qualidade da água e por isso, este resultado é fruto do excelente trabalho e acompanhamento que os nossos serviços técnicos têm conseguido realizar no último ano. Entretanto também abordou o habitual relatório sobre a construção da Barragem de Gebelim, pois, como sabem, disse, é um importante investimento que está a ser realizado no nosso Concelho e apesar de não ser um investimento direto do Município, tem todo o seu apoio e colaboração e é um investimento da Junta de Agricultores de Vilarchão-Parada. Disse ainda que é uma obra muito complexa, difícil, pois têm tido alguns contratempos com a qualidade do maciço rochoso na margem esquerda do parágrafo e que tem estado a tentar encontrar as melhores soluções com quem os têm estado a acompanhar. Informou também que tiveram a semana passada a presença do Diretor da DGADR – Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Dr. Rogério Ferreira, para também poder acompanhar este processo e perceber as dificuldades pelas quais estão a passar. Contudo disse que é um trabalho que lhes dá algum regozijo por ver esta obra avançar e ter já uma taxa de execução de 30% (trinta por cento), ou seja, mais de três vírgula cinco milhões de euros de investimento feito. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Câmara abordou as atividades da Divisão de Obras e Planeamento realçando o facto de que em breve irão ter o avanço de obras muito importantes no nosso Concelho, nomeadamente a melhoria de algumas das estradas municipais, mais precisamente a estrada de ligação de Alfândega da Fé a Pombal, a ligação de Gouveia até ao limite do Concelho, a entrada da aldeia de Valverde, a entrada da aldeia do Castelo e também todas as marcações/sinalizações horizontais na sede do Concelho e em todas as estradas municipais. Informou que serão adjudicadas três empresas, tratando-se de cinco lotes, e por isso são boas notícias e, durante a primeira quinzena de julho terão obras no terreno relativamente a estas infraestruturas. Abordou depois a obra da Zona de Fruição Fluvial que aguardava o visto do Tribunal de Contas. Disse que é uma obra que também está adjudicada e esperam que durante o mês de julho possa avançar. Entretanto referiu que já todos perceberam que a obra da Zona Industrial tinha começado há cerca de um mês, tendo esta fase começado muito lentamente, disse. Informou que já tinham começado com as pavimentações dos passeios e esperam que os trabalhos aumentem de intensidade para que esta obra possa ter um desenvolvimento maior durante as próximas semanas, contudo já está a decorrer, disse. Depois referiu-se a outra obra muito importante e que também aguardam há muito tempo, um projeto infraestruturante e estratégico para o nosso Concelho que tem a ver com a habitação. Disse que já tinham feito a primeira adjudicação da primeira obra daquilo que vão ser as 43 (quarenta e três) habitações sociais que o Município vai desenvolver nos próximos dois anos, financiadas pelo PRR. Explicou depois que estão em fase de preparação de um novo concurso e que também irá começar em breve e depois irão lançar um concurso para a construção de mais 6 (seis) apartamentos que serão construídos na aldeia de Vilarelhos. Disse ainda que

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

aguardam a entrega de mais quinze projetos de execução para que esses processos possam ser lançados a concurso e que durante o mês de julho e até ao mês de agosto, das quarenta e três habitações, contam ter em execução e em processo de concurso público, vinte e seis habitações sociais no nosso Concelho, alegrando-se pelo facto de serem boas notícias que há muito ansiavam. Seguidamente o Senhor Presidente da Câmara informou que estão em fase de lançamento do concurso da Rede de Rega de Vilarchão-Parada. Explicou que as peças procedimentais já estão feitas e que por isso, durante os próximos dias, a obra deste importante investimento, que complementa a Barragem de Gebelim, também irá ser lançada. Para além disso, também falou de uma boa notícia do Bloco Norte da Vilariça, ou seja, finalmente têm o processo desbloqueado na Agência Portuguesa do Ambiente, isto porque já há quase um ano aguardavam por um parecer desta Agência relativamente ao aumento da área de rega do Bloco Norte da Vilariça que vai aumentar a sua área nas aldeias de Santa Justa e Vilarelhos e que por isso este processo poderá avançar ainda durante o corrente ano. Entretanto, também informou que o Gabinete de Candidaturas não tem parado pois têm havido muitas candidaturas, algumas já aprovadas, nomeadamente a da máquina de rastros, na proteção civil, a requalificação da escola de Vilarchão, cuja adjudicação também já está feita e irá iniciar muito em breve, a entrada do Pombal, na zona da Eirinha. Explicou que esta candidatura já está aprovada há algum tempo, mas o primeiro concurso ficou deserto, no entanto, vão lançar novo procedimento para poderem entregar esta obra. Para além disso, também têm a requalificação das piscinas da ARA, cuja candidatura também já está aprovada há algum tempo, mas, infelizmente, este concurso também ficou deserto, disse, e da mesma forma, têm que lançar novo concurso, mas a pretensão é lançar este concurso mais para o final da época balnear para não coincidirem obras nesta altura. -----

----- No que diz respeito à Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, remeteu para a habitual informação daquilo que é o Balcão Móvel, o Espaço Cidadão, o Contencioso, as Execuções Fiscais e os respetivos números. Aproveitou depois para destacar um processo muito importante, não só para o nosso Concelho, mas também para a nossa região e para todos os municípios que têm barragens nos seus territórios. Explicou que já tinha falado deste assunto em reunião de câmara e entende que também o deve fazer nesta Assembleia Municipal, também pelo facto de terem presente o presidente desta Assembleia, onde também ele deu um contributo importante, como Deputado na Assembleia da República, na área do IMI e das Barragens, acompanhou este processo, esteve com eles em Lisboa, na primeira Conferência de Imprensa que lá fizeram antes de entregarem um parecer jurídico que encomendaram a um advogado relativamente ao Decreto-Lei nº 424/83, de 6 de dezembro, que prevê o pagamento de rendas aos municípios. Explicou que nessa altura disseram de forma muito clara que eram devidos mais de nove milhões de euros aos nossos territórios de rendas das barragens do Baixo Sabor e, nesse seguimento, o Senhor Presidente da Câmara informou que receberam recentemente e finalmente o parecer do Conselho Consultivo e da Procuradoria-Geral da República, pedido pelo anterior Ministro do Ambiente, o Senhor Ministro Duarte Cordeiro, no seguimento da reunião que tiveram com ele e daquilo que lhe tinham pedido, para que ele mandasse publicar os coeficientes que o Decreto-Lei obriga para o pagamento das rendas. Disse que não mandou, mas que tinha decidido enviar o nosso parecer jurídico para parecer da Procuradoria-Geral da República. Entretanto, esse parecer chegou, mas só depois da Associação de Municípios ter feito uma intimação judicial à atual Ministra do Ambiente e da Energia, pois quando ficaram a saber que o parecer já existia, ficaram a perceber que ele tinha sido "metido numa gaveta" e até maio lá permaneceu. Por esse motivo foi feita essa intimação judicial tendo a Senhora Ministra posteriormente sido condenada pelo Tribunal Administrativo de Lisboa a dar conhecimento do parecer aos quatro municípios. O Senhor Presidente da Câmara informou depois que este parecer dá razão aos quatro municípios, ou seja, o Decreto-Lei 424/83, de 6 de dezembro é válido e está em vigor e, por isso, as rendas ainda são devidas aos municípios. Foi aprovado por unanimidade, pelos juizes conselheiros do Conselho Consultivo e a Senhora Ministra foi obrigada a dar o parecer, a homologá-lo e agora, disse, aquilo que esperam é que o Governo cumpra a lei e que obrigue as concessionárias das barragens hidroelétricas a pagar as rendas aos municípios. Informou depois que irão fazer uma conferência de imprensa na próxima segunda-feira para darem mais esclarecimentos, não só à comunicação social mas

S.



R.

[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

também aos portugueses e a todos os respetivos municípios, pois, de facto, trata-se de uma vitória para repor a justiça junto dos nossos territórios e das nossas populações, disse. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente referiu-se à situação financeira que também consta sempre neste documento, apresentada pela Divisão Financeira. Informou que os números continuam a melhorar e irão continuar a melhorar até ao final do ano. Disse que estes resultados demonstram a melhoria contínua da nossa situação financeira e que os prazos de pagamento continuam a diminuir. Disse ainda que já estão abaixo do excesso de endividamento municipal e que, como já referiu em sessões anteriores, é expectável que ainda este ano saiam deste excesso de endividamento e que por isso, estas são boas notícias para o alfandeguenses e para todos nós, uma vez que nos dão uma esperança renovada num futuro melhor para todos os alfandeguenses e para o Município de Alfândega da Fé. Por fim, disponibilizou-se para eventuais questões. Não se verificaram inscrições. -----

----- A Assembleia Municipal **TOMOU CONHECIMENTO** do teor desta informação. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia passou à leitura do ponto seguinte. -----

----- b) 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2025 – PARA APROVAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para proceder à explicação. -----

----- Usou assim da palavra o Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**, para dizer que relativamente a este ponto e, como todos sabem, o mapa de pessoal é muito dinâmico e é normal haver, durante o ano, uma ou duas alterações no sentido de ir ajustando as dinâmicas que vão acontecendo nos recursos humanos, as unidades orgânicas e o movimento dos trabalhadores ou por mobilidades internas, intercarreiras ou até entre unidades orgânicas, aposentações que vão acontecendo, comissões de serviço, pré-reformas, que continuam a existir através do mecanismo que possibilitaram aos trabalhadores e que a lei permite, havendo acordo entre ambas as partes. Para além disso disse que infelizmente continua a haver falecimentos de colaboradores. Por isso, disse, esta primeira alteração traz um mapa com toda situação muito bem resumida, dando depois os parabéns aos serviços de Recursos Humanos pela clareza com que este assunto é apresentado. Assim, explicou que se trata da extinção de onze postos de trabalho e a criação de treze. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou alínea b) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e três membros presentes, aprovar a primeira Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), anexo à informação da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, datada de 09-06-2025, registada na aplicação do Atendimento e Expediente, da Medidata, sob o n.º 3557 (três mil quinhentos e cinquenta e sete) do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), ao abrigo das competências conferidas pelo artigo 28º e pelo n.º 5 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação e alínea o) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia passou à leitura do ponto seguinte. -----

----- c) PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA RECRUTAR UM ASSISTENTE OPERACIONAL NA ÁREA DE PEDREIRO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, ATRAVÉS DE RESERVA DE RECRUTAMENTO NO ÓRGÃO OU SERVIÇO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 5 E N.º 6 DO ARTIGO 25.º DA PORTARIA N.º 233/2022, DE 9 DE SETEMBRO – PARA APROVAÇÃO -----

----- Interveio neste ponto, após lhe ter sido concedida a palavra pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, **Eduardo Tavares**. Pediu autorização para falar também das alíneas d) a f), tendo o Senhor Presidente da Assembleia autorizado. Explicou então que estes quatro pontos têm a ver com a questão de recrutamento de trabalhadores, ou seja, um pedido de autorização desta Assembleia Municipal, com base na reserva de recrutamento dos atuais concursos que estão a decorrer e que já foram aprovados nesta Assembleia Municipal, disse. Explicou depois que estes quatro pedidos estão assentes em três premissas: a primeira é a existência de mais necessidades naquilo que são as atividades do Município em vários serviços, nomeadamente, cinco para a educação, um para a administração direta, um para a Divisão de Urbanismo e Território e outro para os Serviços Gerais, sendo um total de oito postos de trabalho a

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

utilizar na reserva de recrutamento que estes concursos vão criar, disse. A outra premissa tem a ver com o cumprimento do acordado com o FAM, uma vez que este pedido cumpre escrupulosamente aquilo que foi acordado com este organismo e também está em linha com aquilo que foi a nossa segunda revisão do programa de ajustamento municipal. Entretanto, informou que a previsão inicial, em dois mil e vinte e três, era a saída de vinte e cinco trabalhadores, mas, vão chegar ao final deste ano, com a saída de quarenta trabalhadores. Para além disso, o Senhor Presidente da Câmara informou que estes pedidos de autorização vêm com a prévia autorização do Fundo de Apoio Municipal, a quem pediram parecer relativamente à utilização destas reservas de recrutamento. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara. Abriu depois um período de inscrição para quem se pretendia inscrever para intervir, não se tendo verificado inscrições. Seguidamente, uma vez que os pontos foram explicados em conjunto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à consideração a possibilidade de votarem os pontos em conjunto, com a salvaguarda de que cada votação constará no ponto respetivo. Esta possibilidade foi aprovada por unanimidade e de seguida passaram à respetiva votação. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea c) do ponto três à votação, tendo sido deliberado por **UNANIMIDADE**, dos vinte e três membros presentes, de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 3692 (três mil seiscentos e noventa e dois) do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), e, nos termos do artigo 45º-A/2024, de 31 de dezembro e também para efeitos do disposto nos nºs 2, 3 e 4 do mesmo artigo, autorizar o recrutamento de um Assistente Operacional na área de Pedreiro para celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com recurso à utilização da reserva de recrutamento do Procedimento Concursal Comum, aberto pelo Aviso (extrato) nº 28933/2024/2, publicado em Diário da República, 2ª Série – Nº 248 – 23 de dezembro de 2024. -----

----- **d) PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA RECRUTAR CINCO ASSISTENTES OPERACIONAIS / AUXILIARES DE AÇÃO EDUCATIVA PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO ATRAVÉS DE RESERVA DE RECRUTAMENTO NO ÓRGÃO OU SERVIÇO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 5 E N.º 6 DO ARTIGO 25.º DA PORTARIA N.º 233/2022, DE 9 DE SETEMBRO – PARA APROVAÇÃO;**

----- A explicação do ponto consta na alínea c). -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea d) do ponto três à votação, tendo sido deliberado por **UNANIMIDADE**, dos vinte e três membros presentes, de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 3689 (três mil seiscentos e oitenta e nove) do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), e, nos termos do artigo 45º-A/2024, de 31 de dezembro e também para efeitos do disposto nos nºs 2, 3 e 4 do mesmo artigo, autorizar o recrutamento de cinco Assistentes Operacionais/ Auxiliares de Ação Educativa para celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com recurso à utilização da reserva de recrutamento do Procedimento Concursal Comum, aberto pelo Aviso (extrato) nº 28933/2024/2, publicado em Diário da República, 2ª Série – Nº 248 – 23 de dezembro de 2024. -----

----- **e) PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA RECRUTAR UM ASSISTENTE OPERACIONAL / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO ATRAVÉS, DE RESERVA DE RECRUTAMENTO NO ÓRGÃO OU SERVIÇO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 5 E N.º 6 DO ARTIGO 25.º DA PORTARIA N.º 233/2022, DE 9 DE SETEMBRO – PARA APROVAÇÃO;**

----- A explicação do ponto consta na alínea c). -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea d) do ponto três à votação, tendo sido deliberado por **UNANIMIDADE**, dos vinte e três membros presentes, de acordo com o referido na

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 3675 (três mil seiscentos e setenta e cinco) do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), e, nos termos do artigo 45º-A/2024, de 31 de dezembro e também para efeitos do disposto nos nºs 2, 3 e 4 do mesmo artigo, autorizar o recrutamento de um Assistente Operacional/ Auxiliar de Serviços Gerais para celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com recurso à utilização da reserva de recrutamento do Procedimento Concursal Comum, aberto pelo Aviso (extrato) nº 28933/2024/2, publicado em Diário da República, 2ª Série – Nº 248 – 23 de dezembro de 2024. -----

----- **f) PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA RECRUTAR UM ASSISTENTE TÉCNICO / ASSISTENTE TÉCNICO, PARA A DUT PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, ATRAVÉS DE RESERVA DE RECRUTAMENTO NO ÓRGÃO OU SERVIÇO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 5 E N.º 6 DO ARTIGO 25.º DA PORTARIA N.º 233/2022, DE 9 DE SETEMBRO – PARA APROVAÇÃO** -----

----- A explicação do ponto consta na alínea c). -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea d) do ponto três à votação, tendo sido deliberado por **UNANIMIDADE**, dos vinte e três membros presentes, de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 3697 (três mil seiscentos e noventa e sete) do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), e, nos termos do artigo 45º-A/2024, de 31 de dezembro e também para efeitos do disposto nos nºs 2, 3 e 4 do mesmo artigo, autorizar o recrutamento de um Assistente Técnico/ Assistente Técnico para a DUT, para celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com recurso à utilização da reserva de recrutamento do Procedimento Concursal Comum, aberto pelo Aviso (extrato) nº 10591/2025/2, publicado em Diário da República, 2ª Série – Nº 78 – 22 de abril de 2025. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia passou à leitura do ponto seguinte. -----

----- **g) PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE REGISTO DE INTERESSES DO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ – PARA APROVAÇÃO** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, **Eduardo Tavares**, dizendo que na última Assembleia tinham assumido o compromisso de que trariam a esta Assembleia Municipal esta proposta de alteração. Explicou que já incluiu na última Assembleia o Programa do Cumprimento Normativo, que incluía oito regulamentos, mas tinham reconhecido que nessa aprovação faltava atualizar este regulamento. Esta atualização é importante porque de facto, este regulamento já não estava atualizado e por isso, vem agora para aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as explicações do Senhor Presidente da Câmara e perguntou se alguém pretendia intervir, não se tendo verificado inscrições. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea g) do ponto três à votação, tendo sido deliberado por **UNANIMIDADE**, dos vinte e três membros presentes, aprovar a proposta de Alteração ao Regulamento de Registo de Interesses do Município de Alfândega da Fé a, nos termos e de acordo com o referido na informação da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, registada na aplicação do Atendimento e Expediente, da Medidata, sob o nº 3775 (três mil setecentos e setenta e cinco) do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco). -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia passou à leitura do ponto seguinte. -----

----- **h) PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DA OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO POR CONTRATO DE LOCAÇÃO FINANCEIRA (LEASING), PARA AQUISIÇÃO DE 2 VIATURAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, 2 LIGEIRAS DE PASSAGEIROS E 2 VIATURAS LIGEIRAS DE MERCADORIAS DE CAIXA ABERTA – PARA APROVAÇÃO** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, **Eduardo Tavares**, para dizer que tinha assumido o compromisso de trazer a esta Assembleia uma proposta de revogação da deliberação tomada em dezembro de dois mil e vinte e quatro, na qual autorizaram a aquisição de seis viaturas em regime de locação financeira, através de leasing. -----

S.



R.

[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Explicou que o processo se atrasou por diversos motivos e como a situação financeira do Município foi melhorando, decidiram pagar as viaturas a pronto e, apesar desta decisão trazer mais dificuldades, vão poupar cerca de noventa mil euro em juros. Aproveitou depois para informar que durante a próxima semana um dos autocarros, o mais pequeno, já estará por cá e o maior já está em processo de transferência de propriedade para o Município e que por isso acredita que durante as próximas duas semanas estes autocarros já estarão ao serviço da nossa Comunidade. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as explicações do Senhor Presidente da Câmara e perguntou se alguém pretendia intervir, não se tendo verificado inscrições. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea e) do ponto três à votação, tendo sido deliberado por **UNANIMIDADE**, dos vinte e três membros presentes, de acordo com a informação da Divisão Financeira, registada na aplicação do Atendimento e Expediente, da Medidata, sob o n.º 3556 (três mil quinhentos e cinquenta e seis) do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), revogar a deliberação tomada na sessão da Assembleia Municipal de vinte e cinco de abril de dois mil e vinte e quatro, que autorizou a operação de financiamento com vista à celebração de contrato de locação financeira, com opção de compra, nos termos a desenvolver e em obrigação ao regime dos Códigos de Contratos Públicos e do regime de locação financeira para aquisição "duas Viaturas de Transporte de Passageiros, duas Ligeiras de Passageiros e duas Viaturas Ligeiras de Mercadorias de Caixa Aberta". -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia passou à leitura do ponto seguinte. -----

----- i) 2.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ - PROPOSTA FINAL DO PLANO PARA APROVAÇÃO, NOS TERMOS DO N.º 1 DO ARTIGO 90.º DO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, **Eduardo Tavares**. Disse que este era um assunto que todos aguardavam. Informou que a primeira revisão a este Plano Diretor Municipal foi aprovada nesta Assembleia em dois mil e quinze, tendo o primeiro Plano sido aprovado em mil novecentos e noventa e quatro. Alfândega da Fé tem cumprido escrupulosamente aquilo que são as orientações dos Governos para a renovação/revisão dos Planos Diretores Municipais, que são documentos estratégicos muito importantes para a dinamização económica dos nossos territórios. O documento está agora para aprovação, depois de ter passado duas fases de discussão pública, sendo a primeira para recolha/sugestões dos nossos munícipes, tendo havido algumas que na sua generalidade foram atendidas. Informou depois que, na última discussão pública que tiveram, houve uma pronúncia que teve de ser acolhida porque entretanto o ICNF disse que teria de ser e assim foi. O Senhor Presidente da Câmara agradeceu o envolvimento de todos neste processo, o trabalho que a Divisão de Urbanismo teve para avançar com este processo dentro dos prazos e o mais rápido possível. Disse que Alfândega da Fé é o primeiro Município do Distrito, exceto o de Vila Flor, a ter este PDM de terceira geração aprovado e é um compromisso que tinham que ter realizado até ao final do ano, pois podiam ficar impedidos de utilizar verbas do Quadro Comunitário se não tivessem este PDM em vigor. Reiterou os agradecimentos a toda a equipa da Divisão de Urbanismo, na pessoa do seu Chefe de Divisão e também à nossa equipa consultora, que também fez um trabalho muito importante, aos senhores e senhoras presidentes de juntas de freguesia que também colaboraram, trabalharam e deram sugestões para que este trabalho fosse feito de forma a envolver todos os nossos agentes do território e todos os que estão mais próximos das nossas populações. Agradeceu também aos nossos munícipes que também deram as suas sugestões de melhoria, que contribuíram com as suas propostas. O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que obviamente "verteram" neste documento tudo o que é a estratégia municipal, do Quadro Comunitário, os principais investimentos privados que estão a acontecer também no nosso Concelho e aquilo que são as expectativas dos territórios. Por isso, depois de ser aprovado, este documento irá ser submetido na plataforma da Direção-Geral do Território e espera que daqui a um mês possa estar publicado em Diário da República para poder entrar em vigor. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as explicações do Senhor Presidente da Câmara e perguntou se alguém pretendia intervir. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea f) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e três membros presentes, aprovar a versão final da proposta de Plano da 2.ª Revisão do PDM de Alfândega da Fé, de acordo com a informação da Divisão de Urbanismo e Território, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 3488 (três mil quatrocentos e oitenta e oito) do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco). -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, passou para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

----- j) PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE APOIO AO ENSINO SUPERIOR – PARA APROVAÇÃO, NOS TERMOS DA ALÍNEA G), Nº 1 ARTº 25º E DA ALÍNEA K), Nº 1 ARTº 33º, AMBOS DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, **Eduardo Tavares**, dizendo este Regulamento está em vigor desde dois mil e vinte e teve alguma importância em algumas famílias. Contudo, sentiram a necessidade de atualizar este regulamento, de o modernizar, de aumentar o apoio e era este o nosso compromisso, ou seja, alargar o apoio aos jovens e famílias que estivessem no ensino superior e por isso trazem esta proposta que aumenta o valor do apoio para o dobro, passando de quinhentos euros para mil euros de apoio máximo. Para além disso, também diminui os escalões, ou seja, passa de quatro para três escalões, o que vai também fazer aumentar o valor mínimo que vão apoiar. O Senhor Presidente da Câmara disse que, desta forma, estava cumprido mais um compromisso que tinham. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as explicações do Senhor Presidente da Câmara e perguntou se alguém pretendia intervir, não se tendo verificado inscrições. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea g) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e três membros presentes, aprovar a alteração ao Regulamento de Apoio ao Ensino Superior, anexa à informação da Divisão Económica, Cidadania, Animação e Juventude, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 3028 (três mil e vinte e oito) do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco). -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, passou para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

----- k) PROPOSTA DE ADESÃO AO PROTOCOLO PARA A CONSTITUIÇÃO DE BOLSA DE ACOMPANHANTES DE MAIOR ACOMPANHADO – PARA APROVAÇÃO -----

----- Usou da palavra para explicar este assunto, a Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Maria Manuel Cunha Silva**, que disse que o que se propõe é a adesão do Município de Alfândega da Fé para a constituição de uma Bolsa de Maiores Acompanhados. Explicou que a Procuradoria da República da Comarca de Bragança desafiou o Município, numa reunião, apresentando uma proposta de protocolo, na qual a nossa equipa técnica também participou. Nesta primeira fase trata-se da adesão e a segunda fase virá a partir de setembro. Informou que quem pode acompanhar maiores acompanhados terão de ser sempre pessoas, tendo em conta a idoneidade, que se voluntariam, que percebem que não terá remuneração e que se vai dedicar a acompanhar alguém que, não sendo seu familiar direto, é uma pessoa que está em situação de vulnerabilidade e que precisa de ajuda. Explicou ainda que este é um recurso que a Procuradoria utilizará e esta bolsa só irá ser utilizada em último recurso, após ter sido esgotada a família, vizinhos ou de maior proximidade com a pessoa em causa. Assim, a partir de setembro, quem quiser voluntariar-se para fazer parte desta bolsa, deverá dirigir-se à nossa equipa técnica da Ação Social e a própria Procuradoria também poderá esclarecer alguma dúvida que haja relativamente ao estatuto de maior acompanhado. Contudo, nesta primeira fase o que se pretende é propor a adesão a esta bolsa. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as explicações do Senhor Presidente da Câmara e perguntou se alguém pretendia intervir, não se tendo verificado inscrições. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea g) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e três membros presentes, de acordo com a informação técnica da Divisão Económica, Cidadania, Animação e Juventude, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 3738 (três mil setecentos e trinta e oito) do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), aprovar a adesão ao Protocolo para a Constituição de Bolsa de Acompanhantes de Maior Acompanhado. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, disse que entretanto foi agendada uma nova alínea que passou a ler: -----

----- **i) NOMEAÇÃO DE NOVO MEMBRO PARA INTEGRAR A CPCJ DE ALFÂNDEGA DA FÉ, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART. 17º Nº 1, ALÍNEA L) DA LEI Nº 147/99, DE 1 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, **Carlos Brás**, explicou que na sequência da Dr. Ana Rita Rocha ter tido necessidade de cessar funções neste mandato e, considerando que é da competência da Assembleia Municipal a indicação de quatro cidadãos para integrar este órgão, perguntou aos representantes das bancadas se pretendiam indicar algum nome. O representante da bancada da coligação Acreditar em Alfândega da Fé (PPD-PSD / CDS-PP) Bruno Veríssimo, indicou o nome da Deputada Municipal, Ivanete Solange Carona Escobar. Não foi indicado mais nenhum nome. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea i) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e três membros presentes, nomear como novo membro para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Alfândega da Fé, a munícipe Ivanete Solange Corona Escobar, em substituição de Ana Rita Simões Rocha, conforme solicitado no ofício registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 3103 (três mil cento e três) do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco). ---

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, deu os parabéns à Deputada Municipal Ivanete Escolar pelas suas novas funções. -----

----- **4. Período de Intervenção do Público (artº 22º e 41º do Regimento)** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se pretendia inscrever neste ponto para intervir, não tendo havido inscrições. -----

----- Por fim, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, deu por concluída a ordem de trabalhos desta sessão da Assembleia Municipal. Depois passou a palavra à senhora primeira secretária, **Carla Franco**, que procedeu, de imediato, à leitura da minuta da ata. -----

----- Colocada a votação a minuta da ata, foi a mesma aprovada, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e três deputados presentes, passando todos os pontos da ordem de trabalhos, a produzir efeitos de imediato. -----

----- Para finalizar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, agradeceu depois a todos pela presença. Informou ainda que a dada altura estavam a assistir em formato on-line, pela página do Facebook do Município, cerca de 57 (cinquenta e sete) pessoas, o que demonstra a importância das redes digitais. Por fim, desejou a todos um bom fim de semana, boas férias para quem ainda não tinha ido e, em princípio, voltarão a encontrar-se em setembro. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas dezanove horas e vinte e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

(Carlos Alberto Silva Brás)

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

A Primeira Secretária

Carla Franco

(Carla Maria Bravo Franco)

A Segunda Secretária

Domitila Branco

(Domitila de Fátima Morais Branco)

Ata aprovada, por unanimidade dos presentes, na sessão da Assembleia Municipal de 20 / 07 / 2025
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,
Carlos Alberto Silva Bras
(Carlos Alberto Silva Bras)
A Primeira Secretária
Carla Franco
(Carla Maria Bravo Franco)
A Segunda Secretária
Domitila Branco
(Domitila de Fátima Morais Branco)